

linha dos debates, traçando, com vigor e sólido bom senso, as linhas mestras do nosso comportamento em face de acontecimentos que, sem seu corajoso apoio cívico, sem seu desprendimento e irrecusável autoridade moral poderiam conduzir-nos a atitudes de gravíssimas conseqüências para a execução dos programas de recuperação em que neste momento todos nos empenhamos. Acontece, entretanto, que esse elemento insubstituível na manutenção de nossas instituições democráticas e na moderação dos excessos que às vezes a luta política ou as crises econômicas ensejam, foi dos mais atingidos pela desvalorização cambial e pelas conseqüências inevitáveis da infiltração. Seus custos de produção experimentaram aumento de tal sorte que, sem embargo das medidas urgentemente tomadas para proteger qualquer novo investimento e para reduzir ao mínimo qualquer despesa supérflua, ainda assim a imprensa latino-americana atravessa uma fase de agudos embarços financeiros, para cujo alívio não têm bastado nem mesmo a redução do número de suas páginas, ou a compressão de toda matéria impressa. Sem descer a detalhes estatísticos, porque não há quem desconheça as proporções verdadeiramente alarmantes do que aqui se relata, o fato é que nossos jornais e revistas tentaram compensar parte dos seus prejuízos com contínuas elevações do preço da venda avulsa e das tabelas de anúncios”.

Convém traduzir e dar forma clara a esse raciocínio naturalmente sinuoso: o autor preocupava-se em mostrar a gravidade da crise da imprensa na América Latina; mostrava os reflexos nos custos de produção dos jornais da política cambial e conseqüente desvalorização da moeda; não qualificava tal política nem entrava no mérito da referida desvalorização; preocupava-se, fundamentalmente, em provar o enorme papel da imprensa na tarefa de servir aos interesses dominantes, agora seriamente ameaçados; alinhava os “sacrifícios” dessa imprensa, mencionando redução no número de páginas e compressão da matéria impressa (coisa que absolutamente não ocorreu no Brasil), e acentuando a gravidade desse “transcendente fenômeno”. O “transcendente fenômeno” era a redução do espaço para anúncios numa imprensa que vinha servindo tão bem aos interesses dos anunciantes “na moderação dos excessos que às vezes a luta política ou as crises econômicas ensejam”, combatendo-os “com vigor e sólido bom senso”, com “corajoso apoio cívico”, “desprendimento e irrecusável autoridade moral”, tudo no sentido de evitar “gravíssimas conseqüências”, isto é, prejuízos para os interesses dominantes, os dos anunciantes, isto é, os dos monopólios estrangeiros, isto é, os do imperialismo.

Continuava o autor da tese: “O resultado é que, muito embora a circulação, no seu conjunto, não tenha experimentado declínio de vulto,